

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO: ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DOS DISCURSOS E FORMAS DE RESISTÊNCIA DAS POPULAÇÕES MARGINALIZADAS

Anielle Gonçalves de Oliveira¹

Daniel Rodrigo Strelow²

Ivo Marcos Theis³

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir como a análise dos discursos e das formas de organização das populações marginalizadas, mais afetadas pelas experiências hegemônicas de desenvolvimento, pode contribuir para a construção de modos alternativos de organização social. O estudo parte da análise das contradições inerentes às experiências hegemônicas de desenvolvimento, baseadas na acumulação de capital, a exploração da natureza e dos seres humanos. Utiliza-se uma abordagem metodológica dialética, com ênfase na pesquisa bibliográfica. Também se utilizou análise quantitativa dos dados extraídos do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Entende-se que evidenciar os discursos e as formas de resistência das populações que mais sofrem com o processo de desenvolvimento podem oferecer caminhos de maior autonomia e autodeterminação social, à medida que negam a realidade e criam novas formas de relação social. Neste sentido, elas se configuram como movimentos de esperança. As formas de resistência e os discursos destes grupos sociais oferecem subsídios que reforçam a ideia de que não se tratam de utopias, mas sim, de um outro mundo que já é possível.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, Blumenau-SC/Brasil. E-mail: anielleg@unidavi.edu.br.

² Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, Blumenau-SC/Brasil. E-mail: danielstrelow@unidavi.edu.br

³ Doutor em Geografia Humana (Eberhard-Karls Universität Tübingen/Alemanha, 1997). E-mail: theis@furb.br



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Palavras-chave: experiências hegemônicas de desenvolvimento regional; populações marginalizadas; experiências de autodeterminação social; futuros alternativos.

REFLECTIONS ON THE DEVELOPMENT PROCESS: ALTERNATIVES FOR SOCIAL ORGANIZATION BASED ON THE DISCOURSES AND FORMS OF RESISTANCE OF MARGINALIZED POPULATIONS

Abstract

The objective of this article is to discuss how the analysis of the discourses and forms of organization of marginalized populations, most affected by this process, can contribute to the construction of alternative modes of social organization. The study starts from the analysis of the contradictions inherent to hegemonic development experiences, based on the accumulation of capital, the exploitation of nature and human beings. A dialectical methodological approach is used, with an emphasis on bibliographical research. Quantitative analysis of data extracted from the Conflict Map, which maps the populations most affected by development processes, was also used. It is understood that highlighting the discourses and forms of resistance of the populations that suffer most from the development process can offer paths to greater autonomy and social self-determination, as they deny reality and create new forms of social relationships. In this sense, they are configured as movements of hope. The forms of resistance and the speeches of these social groups offer support that reinforces the idea that these are not utopias, but rather another world that is already possible.

Keywords: hegemonic experiences of regional development; marginalized populations; experiences of social self-determination; alternative futures.



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

1 Introdução

As experiências hegemônicas de desenvolvimento têm como base o processo contínuo de acumulação de capital, o que resulta na exploração da natureza e dos seres humanos. Esse paradigma dominante não apenas marginaliza as vozes das populações mais afetadas por esses processos, mas também perpetua as desigualdades sociais e ambientais. Dentre os grupos que mais sofrem com as implicações sociais e ambientais geradas por estas experiências estão os povos indígenas, os quilombolas, os pequenos agricultores, os trabalhadores urbanos precarizados, entre outros.

Como destaca Holloway (2003, p.83) o desenvolvimento capitalista se caracteriza pela “objetivização do sujeito e uma subjetivação do objeto: as coisas (o dinheiro, o capital, as máquinas) se convertem em sujeitos da sociedade, as pessoas (os trabalhadores) se convertem em objetos.” Isso favorece o processo de acumulação de capital e a consequente espoliação dos seres humanos e da natureza. Também remete à necessidade de questionamento sobre os paradigmas hegemônicos de desenvolvimento, bem como, da construção de novas formas de organização social. Esta não é uma tarefa fácil e, um elemento que pode auxiliar neste propósito é justamente dar voz as populações marginalizadas e as suas formas de resistência. E este é o objetivo deste artigo: discutir como a análise dos discursos e das formas de organização das populações marginalizadas, mais afetadas pelas experiências hegemônicas de desenvolvimento, pode contribuir para a construção de modos alternativos de organização social.

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

A metodologia utilizada baseou-se na perspectiva dialética, escolhida por sua capacidade de analisar as contradições presentes no desenvolvimento hegemônico. Essa abordagem permite compreender como as tensões entre capital e trabalho, desenvolvimento e marginalização geram resistências e possibilidades de transformação social, indo além da simples descrição dos fenômenos. O método principal foi a pesquisa bibliográfica, que incluiu a análise de livros, artigos acadêmicos e estudos de caso, com o objetivo de identificar padrões e alternativas nos discursos sobre desenvolvimento e resistência. A abordagem qualitativa utilizada permitiu uma análise mais profunda das relações de poder e dos contextos específicos que moldam as formas de organização social. Além disso, o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil foi uma ferramenta central para identificar e sistematizar os conflitos socioambientais, evidenciando as demandas das populações marginalizadas e suas estratégias de resistência.

A estrutura do artigo é organizada da seguinte forma: após esta introdução, são apresentadas as críticas ao desenvolvimento hegemônico, seguidas de uma discussão sobre as populações mais afetadas por esse processo. Em seguida, aborda-se a relevância de analisar os discursos dessas populações e suas formas de resistência, que culminam na apresentação de possíveis caminhos alternativos de autonomia e autodeterminação. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados e apontam para a importância de valorizar as vozes e práticas das populações marginalizadas na construção de futuros alternativos.

2 As experiências de desenvolvimento e suas contradições

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Já é consenso entre os pesquisadores em desenvolvimento regional que, ao tratar de desenvolvimento, é essencial reconhecer os diversos requisitos a serem cumpridos. Desenvolvimento e crescimento são conceitos distintos; o primeiro requer qualidade de vida para a população, enquanto o segundo se limita ao crescimento econômico (Veiga, 2005). No entanto, ao observar a realidade, surge a questão: estamos realmente alcançando essa qualidade de vida? Theis (2022) revisita o conceito de desenvolvimento e questiona qual concepção deveríamos adotar ao abordar o desenvolvimento regional.

Historicamente, diversos teóricos exploraram o conceito de desenvolvimento. No século XVII, ele estava ligado ao progresso iluminista. Com a Revolução Industrial, foi associado à acumulação de capital e crescimento da riqueza, criticados pelos marxistas. Economistas keynesianos mais tarde relacionaram desenvolvimento ao crescimento econômico. A escola cepalina, incluindo Celso Furtado, aprofundou o conceito de subdesenvolvimento, vendo-o como a penetração de unidades produtivas capitalistas em contextos pré-capitalistas, desafiando a visão linear de desenvolvimento proposta por Rostow (Theis, 2022).

A partir daí, com problemas sociais emergentes – fome, pobreza, miséria – o capitalismo foi cada vez mais criticado. Desprezo pelos aspectos ambientais, assimetrias internas e externas, e insuficiência de capital foram alguns dos diagnósticos apontados. Assim, outras propostas de desenvolvimento surgiram, com preocupações ambientais, culturais e sociais mais claras. Mas, como aponta Theis (2022, p.17), “as críticas, embora procedentes, permanecem na superfície e as alternativas não ultrapassavam as restrições materiais e simbólicas do próprio

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

conceito de desenvolvimento”. Entretanto, à guisa de conclusão do texto, o autor traz o conceito de desenvolvimento:

Assim, desenvolvimento é, fundamentalmente, um processo econômico, a contínua expansão das forças produtivas que leva à ininterrupta produção de mercadorias. Por isso, pode ser considerado um processo empiricamente verificável de crescimento econômico, que se presta à mensuração por intermédio de certos indicadores e à análise segundo certo padrão. Um processo que envolve a criação de riquezas com base no consumo de matéria e energia disponíveis na natureza e de força de trabalho disponível em cada ser humano despossuído de meios de produção. De forma que desenvolvimento é condicionado pelos limites entrópicos no uso de energia e pelos limites biofísicos no uso de recursos comuns, bem como pelos limites físicos e morais no uso de força de trabalho (Theis, 2022, p. 17).

Theis (2022) destaca que o processo de desenvolvimento em curso no território é caracterizado pela reprodução constante da “relação capital”. Ou seja, é um processo marcado pela “reiterada subordinação da energia de mulheres e homens à produção de mercadorias e da coisificação das relações sociais em quase todos os domínios da vida” (Theis, 2022, p.18). Melhor dizendo, as experiências de desenvolvimento regional se baseiam nos mecanismos da acumulação primitiva⁴ de capital e da sua tendência à ocorrência constante no território.

Esta hipótese de que os processos da acumulação primitiva de capital não desapareceram, isto é, continuam ocorrendo, é sustentado por alguns autores, dentre eles, Brandão (2010), Lencioni (2014) e Harvey (2006; 2014). Este último,

⁴ O conceito de acumulação primitiva foi desenvolvido por Marx, no famoso capítulo XXIV de O Capital. Dois pontos merecem destaque, primeiro, que a acumulação primitiva é um processo histórico e, portanto, envolve um conjunto de ações, de mecanismos que se sucedem no tempo. Segundo, e talvez mais importante, este processo não é resultado do modo capitalista de produção, mas, seu ponto de partida (MARX, [1867] 1985, p. 262).

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

inclusive, requalifica o termo, chamando-o de acumulação por espoliação. O argumento central é que o capital, acumulado em escala cada vez mais ampliada, continua resultando de processos similares à acumulação primitiva. Essa dinâmica, por um lado, parece garantir a estabilidade do capitalismo e, por outro, permite a continuidade da acumulação de capital em larga escala (Theis; Butzke, 2012).

O termo acumulação por espoliação refere-se a processos de expropriação já integrados ao capital. São novas formas de exploração das pessoas e da natureza que garantem a reprodução do capital, como o avanço do agronegócio sobre a agricultura familiar, grandes projetos (como hidrelétricas) em terras pertencentes a comunidades de povos originários, especulação imobiliária, privatização da água, precarização dos direitos trabalhistas, entre outros.

Um olhar atento sobre os territórios revela várias dessas contradições. Por exemplo, a espoliação dos trabalhadores ocorre por meio da precarização dos direitos, controle de salários, trabalho escravo, destruição de modos de vida tradicionais, superexploração fabril, doenças e acidentes de trabalho. Enquanto o trabalho gera mais riqueza para alguns grupos hegemônicos, para milhares de pessoas resulta em significativa piora na qualidade de vida.

Outra face desse processo de expansão do capital é a “desacumulação” ambiental. A cobertura vegetal original sofreu grande redução nos últimos anos, e a biodiversidade deu lugar a monoculturas. As águas também são degradadas por diversas fontes de contaminação, enquanto os indícios das mudanças climáticas, aumento da emissão de gases e extinção de espécies se intensificam (Zhour; Laschefski, 2010).

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Além dessas implicações, há constantes conflitos pela apropriação e uso dos recursos comuns. Esses conflitos, resultantes de processos econômicos concretos e da acumulação por espoliação, desacumulam o meio ambiente e expropriam pessoas, especialmente populações tradicionais e menos favorecidas, do ponto de vista econômico e político. O desenvolvimento regional pode ser visto como uma forma contínua de acumulação primitiva, focada na mobilização de recursos humanos e naturais, transformando-os em mercadorias. Essa mobilização frequentemente resulta na destruição da natureza, na exploração das pessoas e na expulsão de povos originários.

3 Populações mais afetadas pelo desenvolvimento, resistência e possibilidades de mudança

As contradições sociais e ambientais da reprodução do processo de desenvolvimento recaem de forma desproporcional sobre as populações tradicionais e menos favorecidas (do ponto de vista econômico e político). Ajuda a ilustrar esse argumento os dados do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, lançado em 2010. O mapa foi construído com base em informações de organizações, ONGs e movimentos sociais, destacando a resistência e as demandas das populações afetadas, como indígenas, quilombolas, agricultores familiares e trabalhadores urbanos (Mapa de Conflitos, 2024).

Quadro 1 - Os 10 grupos sociais mais citados no Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Grupo Social	Conflitos (Ocorrências)	Principais Impactos	Temas Relevantes
Agricultores Familiares	211	Disputas pela terra, expansão de monoculturas	Disputas territoriais, impactos ambientais
Povos Originários (Indígenas)	203	Invasão de terras, destruição de ecossistemas	Direitos territoriais, preservação ambiental
População Quilombola	142	Luta pelo reconhecimento de terras tradicionais	Reconhecimento de terras, ameaças econômicas
Pescadores Artesanais	109	Degradação dos ecossistemas aquáticos, barragens	Preservação de recursos hídricos, subsistência
População Ribeirinha	85	Construção de barragens, desmatamento	Impactos hídricos, desmatamento
Extrativistas	80	Mineração e desmatamento, ameaças à subsistência	Preservação ambiental, ameaça à subsistência
Moradores de Periferias e Favelas	78	Falta de infraestrutura, remoções forçadas	Urbanização, direitos à moradia
Assentados da Reforma Agrária	76	Acesso à terra, instabilidade nos assentamentos	Direitos à terra, instabilidade agrícola
Trabalhadores Rurais	71	Condições de trabalho, conflitos pela terra	Exploração econômica, violência no campo

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Populações Urbanas	70	Moradia, acesso a serviços básicos, poluição	Urbanização acelerada, planejamento urbano
--------------------	----	--	--

Fonte: Mapa de Conflitos (2024).

Com base na análise dos dados obtidos no mapa de conflitos, pode-se observar um panorama claro das principais populações atingidas pelos conflitos relacionados à injustiça ambiental e à saúde no Brasil. As dez populações mais mencionadas, conforme a contagem de ocorrências, revelam um cenário de vulnerabilidade e impacto significativo sobre grupos que, historicamente, têm enfrentado desafios socioeconômicos e ambientais (Mapa de Conflitos, 2024).

Os agricultores familiares são o grupo social mais impactado pelos conflitos socioambientais, aparecendo em 211 ocorrências. Estas pessoas são frequentemente afetadas por conflitos relacionados ao uso da terra, pela expansão de monoculturas e outras práticas agrícolas que ameaçam sua subsistência e modo de vida tradicional. A pressão sobre suas terras é um tema recorrente nas disputas territoriais e ambientais. Em seguida têm-se os povos originários (indígenas), com 203 conflitos relacionados à invasão de suas terras, a exploração da natureza e a falta de reconhecimento de seus direitos territoriais. Estes conflitos muitas vezes resultam em danos ambientais significativos e na destruição de ecossistemas que são vitais para sua sobrevivência (Mapa de Conflitos, 2024).

A população quilombola ocupa o terceiro lugar (142 menções) e os conflitos geralmente envolvem a luta pelo reconhecimento de suas terras tradicionais. A expansão agrícola, a mineração e outras atividades econômicas ameaçam seus territórios. Em quarto lugar estão os pescadores artesanais, envolvidos em 109

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

conflitos relacionados à degradação dos ecossistemas aquáticos, como a poluição e a construção de barragens, que afetam diretamente suas fontes de sustento. Além disso, o avanço da pesca industrial e outras atividades econômicas também representam uma ameaça constante a este grupo (Mapa de Conflitos, 2024).

A população ribeirinha é a quinta mais mencionada e enfrenta principalmente conflitos relacionados à construção de barragens e ao desmatamento. Essas atividades impactam diretamente o modo de vida dos ribeirinhos, alterando regimes hídricos e destruindo habitats essenciais para sua sobrevivência. Os extrativistas são mencionados em outros 80 conflitos e, como dependem da coleta de produtos naturais para sua subsistência, são frequentemente atingidos por atividades como a mineração e o desmatamento, que destroem as áreas próprias a sua subsistência (Mapa de Conflitos, 2024).

Em seguida, o grupo urbano, composto pelos moradores de periferias, ocupações e de favelas enfrenta conflitos (78 menções) ligados à falta de infraestrutura, a remoções forçadas e outras questões urbanísticas que resultam de políticas públicas inadequadas e da especulação imobiliária. Os assentados da reforma agrária (76 menções) enfrentam problemas relacionados ao acesso à terra, muitas vezes envolvendo disputas com grandes proprietários rurais ou empresas. A falta de apoio estatal para a consolidação dos assentamentos também é um fator de instabilidade (Mapa de Conflitos, 2024).

Alinha-se aos assentados e aos agricultores familiares (já citados), o grupo dos trabalhadores rurais (71 menções). Este grupo lida com conflitos decorrentes das condições de trabalho, pressão por terras e, em alguns casos, situações de trabalho análogo à escravidão. A exploração econômica e a violência no campo são questões

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

comuns enfrentadas por esses trabalhadores. Em décimo lugar, com 70 menções ligadas a conflitos socioambientais estão as populações de áreas urbanas envolvidas em embates que incluem questões de moradia, acesso a serviços básicos e problemas ambientais, como a poluição. A rápida urbanização e a falta de planejamento urbano exacerbam esses conflitos (Mapa de Conflitos, 2024).

Esta breve análise corrobora com o argumento de que as experiências hegemônicas de desenvolvimento regional no Brasil continuam espoliando pessoas e natureza, já que tem como característica intrínseca a reprodução (em escala cada vez mais ampliada) dos mecanismos da acumulação primitiva de capital. Agricultores familiares, povos originários, quilombolas, e pescadores artesanais, entre outros, estão na linha de frente dos conflitos socioambientais, enfrentando a pressão sobre suas terras, a degradação de ecossistemas e a negação de seus direitos territoriais.

Esse cenário aponta para a urgência da construção de alternativas baseadas em autonomia, para além do desenvolvimento regional. Afinal, as populações mais afetadas têm (atualmente e no passado) organizado resistência, buscando formas alternativas de se relacionar entre si e com a natureza. A resistência e as demandas desses grupos são fundamentais para construir alternativas baseadas na cooperação, dignidade, democracia e respeito às pessoas e aos demais seres vivos.

Enquanto o desenvolvimento privilegia a acumulação de capital e a subordinação das forças de trabalho e da natureza, estes grupos descritos anteriormente e diversos outros ao redor do mundo, têm se organizado para desafiar essa lógica e construir novas possibilidades de organização social. Essas formas de resistência, longe de serem reações passivas, representam iniciativas ativas que buscam criar estruturas sociais, políticas e econômicas mais justas.

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Böhm, Dinerstein e Spicer (2010) trazem exemplos de grupos que se apresentam como resistência ao modo dominante, de diversas maneiras, buscando desafiar e criar alternativas aos sistemas hegemônicos de capital, estado e desenvolvimento. Citam o caso dos Zapatistas no México, que organizaram os Caracoles e os Conselhos de Bom Governo como formas de auto-organização que funcionam fora do controle do estado mexicano. Desta forma, adotam uma postura de "negatividade prática" em relação ao estado, recusando-se a participar das instituições estatais ou a aceitar sua autoridade. Os Zapatistas optaram por não buscar a tomada do poder estatal, mas sim construir uma nova forma de organização social e política que seja completamente independente do estado. Essa estratégia desafia a ideia de que a mudança social significativa só pode ocorrer através das instituições estatais e oferece uma alternativa baseada na autonomia e na autossuficiência.

Grupos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil e as fábricas ocupadas na Argentina exemplificam a resistência através da autogestão. Ao tomar controle da produção e criar cooperativas, esses grupos desafiam as estruturas capitalistas tradicionais, que são baseadas na exploração do trabalho e na acumulação de capital por poucos. Ao invés disso, promovem modelos de economia solidária, onde os recursos e os lucros são distribuídos de maneira mais equitativa, priorizando o bem-estar da comunidade.

Outra experiência significativa é a resistência do movimento La Via Campesina ao modo dominante de desenvolvimento, que frequentemente impõe práticas agrícolas intensivas, marginaliza os pequenos agricultores e degrada o meio ambiente. Ao promover a soberania alimentar e defender práticas agrícolas

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

tradicionais, esses grupos resistem à globalização neoliberal, que favorece grandes corporações e políticas de livre mercado. Eles também buscam preservar e valorizar o conhecimento local e as culturas tradicionais, que muitas vezes são ameaçadas por projetos de desenvolvimento hegemônicos (Böhm, Dinerstein e Spicer, 2010).

Grupos de resistência também se manifestam através de protestos, ocupações e outras formas de ação direta para desafiar as políticas neoliberais que promovem a privatização, a desregulamentação e a redução do estado de bem-estar social. Essas ações buscam interromper a implementação de políticas que favorecem o capital em detrimento das comunidades locais e do meio ambiente.

Essas formas de resistência visam não apenas contestar o *status quo*, mas também construir alternativas que ofereçam modelos mais justos, democráticos e inclusivos de organização social, política e econômica. Ao fazê-lo, esses grupos desafiam a dominação do capital e do estado, promovendo uma visão de mundo que valoriza a justiça social, a igualdade, a dignidade, a democracia e o respeito às pessoas e aos demais seres vivos.

4 A relevância das vozes marginalizadas

Os exemplos das populações afetadas pelas experiências hegemônicas de desenvolvimento evidenciam que estes processos têm privilegiado a reprodução ampliada do capital nas regiões, enquanto os problemas, sociais e ecológicos, têm recaído sobre os grupos mais vulneráveis. Por isso, pensar alternativas, em outros modos de vida possíveis, perpassa, necessariamente, por entender o que pensam essas populações.

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Em sua análise histórica, Walter Benjamin vai ao encontro deste pressuposto ao sugerir que é preciso “contar a história a contrapelo”, isto é, a partir do ponto de vista do que intitula serem os “vencidos e vencidas”. Neste caso, são as populações que mais sofrem com o processo de desenvolvimento. Recontar a história, desde esta perspectiva é deixar de lado a identificação com os “heróis oficiais”, com as supostas “maravilhas” do progresso industrial e, conseqüentemente, ao modelo de sociedade construída a partir de seus pressupostos. Neste sentido, faz-se necessário levar em conta os povos originários, as populações tradicionais, os trabalhadores explorados e as trabalhadoras exploradas, os movimentos de luta, os esquecidos e as esquecidas (Löwy, 2002; Löwy, 2005; Löwy, 2011).

Como hipótese sugerida anteriormente, é justamente nos “vencidos” e nas “vencidas” (do passado e do presente) que residem as esperanças para um processo de mudança e transformação da realidade. De maneira concreta, são os trabalhadores e trabalhadoras que, no cotidiano das fábricas, enfrentam a exploração; são os povos originários e outras populações tradicionais que resistem com base em seus modos de vida; e são os movimentos sociais e populares, tanto rurais quanto urbanos, que levantam suas bandeiras de luta. Em suma, a esperança se encontra em todos aqueles e aquelas que, no passado e no presente, continuam a combater esse modelo hegemônico de reprodução da vida, que explora tanto os seres humanos quanto a natureza (Strelow, 2014).

De forma prática, por que é importante levar em conta as populações que mais sofrem com o desenvolvimento para a construção de alternativas? Benjamin, por exemplo, acredita que apenas ao dar voz aos vencidos é possível compreender a verdadeira natureza da história, que é marcada por lutas sociais. Ajuda a entender as

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

dinâmicas de poder que continuam a operar no presente, oferecendo uma base para a resistência e a mudança social (Löwy, 2011).

Além disso, Böhm, Dinerstein e Spicer (2010) sugerem que as vozes marginalizadas oferecem uma visão alternativa que questiona a lógica hegemônica e expõe as injustiças cometidas em nome do desenvolvimento. Os movimentos sociais autônomos que surgem das margens muitas vezes propõem novas formas de organização política, econômica e social. Essas alternativas podem oferecer caminhos de maior autonomia e autodeterminação social, à medida que negam a realidade e criam novas formas de relação social. E é justamente por isso que se configuram como movimentos de esperança.

Os movimentos de esperança têm em comum a busca pela autonomia, pela autodeterminação, pela emancipação na sociedade. Este talvez seja o principal motivo pelo qual se torna importante levar em consideração os discursos e os modos de resistência das populações que mais sofrem com as experiências hegemônicas de desenvolvimento.

Ou seja, tais populações, como movimentos de esperança e em suas práticas cotidianas de resistência, denunciam as contradições e desafiam as práticas hegemônicas ligadas ao capital. O ato de negar impulsiona os movimentos de esperança a criar formas alternativas de relação entre as pessoas e a natureza. “Autonomia não significa uma forma melhor de fazer desenvolvimento, ou desenvolvimento regional, nem mesmo abrir espaço para outro desenvolvimento, na realidade é uma crítica que permite pensar e fazer além do “desenvolvimento regional” (Lasta, 2023, p. 145).

5 Autonomias e futuros alternativos: caminhos possíveis

Os discursos das populações mais afetadas revelam as contradições das experiências hegemônicas de desenvolvimento e mostram que essas populações não apenas sofrem com as consequências do progresso capitalista, mas também se posicionam como atores fundamentais na criação de novas possibilidades de organização social. É nesse contexto que se insere a discussão sobre autonomia e autodeterminação social.

Holloway (2003) destaca a importância da resistência ativa contra as injustiças sociais, propondo um "grito" de negação ao sistema opressor. Esse "grito" representa a rejeição das atrocidades como a violência, fome, e desigualdade, e a busca por formas alternativas de organização social. O autor critica o papel do Estado e sugere que a verdadeira mudança reside na retomada do "poder-fazer" das pessoas, promovendo a criação de práticas autônomas que desafiem e transcendam o capitalismo, possibilitando novas formas de resistência e transformação social.

Dinerstein (2015) discute as teorias relacionadas à autonomia, para a autora negação, criação, contradição e excesso são todas características das práticas autônomas, e a maioria das teorizações existentes sobre a autonomia tende a focar em uma ou duas dessas dimensões, criando assim um quadro fragmentado da luta autônoma. A autonomia é frequentemente vista como uma prática de negação (ou seja, rejeição das estruturas de poder); ou como uma força criativa que possibilita a construção de novos mundos através da imaginação política; ou, em alguns casos, como um processo contraditório que envolve uma relação de confronto com o

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

estado, o capital, a lei e a política, indo além dessas instituições e gerando ações que não podem ser completamente submetidas ao controle do poder.

O conceito de autonomia pode ser entendido como um conjunto de práticas e demandas que envolvem a autodeterminação e a auto-organização em relação ao capital, ao estado e às formas hegemônicas de desenvolvimento. No contexto dos movimentos sociais, a autonomia é frequentemente associada à rejeição das estruturas de poder estabelecidas, como o capitalismo e o estado, e à busca por formas alternativas de organização social que sejam independentes dessas instituições (Böhm, Dinerstein, Spicer, 2010).

Três principais concepções de autonomia são destacadas: (1) práticas autônomas em relação ao capital, enfatizando a "autovalorização do trabalho"; (2) autodeterminação e independência do estado; e (3) alternativas aos discursos hegemônicos de desenvolvimento, que muitas vezes envolvem a preservação de formas locais de conhecimento e modos de vida que resistem à dominação colonial e ao desenvolvimento imposto externamente. Autonomia, portanto, não é apenas uma questão de independência, mas um processo relacional, dinâmico e muitas vezes contraditório, onde as demandas por autonomia coexistem com os desafios e limitações impostos pelas estruturas de poder dominantes (Böhm, Dinerstein, Spicer, 2010).

A autonomia não pode ser completamente cumprida. Isso ocorre porque o capital, o estado e os discursos de desenvolvimento buscam continuamente "recuperar" a autonomia e fazê-la funcionar para seus próprios propósitos. No entanto, as práticas autônomas raramente são completamente capturadas pelo

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

capital. Isso significa que elas continuam a produzir a possibilidade de resistência e mudança (Böhm, Dinerstein, Spicer, 2010).

Holloway (2003), Dinerstein (2015) e Böhm, Dinerstein e Spicer (2010) enfatizam a capacidade de ação direta e a autonomia como fundamentos para a contestação e superação das estruturas capitalistas. A autonomia é uma ferramenta crucial para a transformação social e a busca pela emancipação. Especialmente nas formas coletivas e populares, a autonomia é essencial para desafiar e superar as estruturas de poder opressivas e as desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Assim, as formas de resistência emergem como possibilidades concretas de mudança, oferecendo caminhos para a construção de modos alternativos de organização social (Dinerstein, 2015).

6 Considerações finais

O objetivo deste artigo foi discutir como a análise dos discursos e das formas de organização das populações marginalizadas, mais afetadas pelas experiências hegemônicas de desenvolvimento, pode contribuir para a construção de modos alternativos de organização social.

As experiências de desenvolvimento hegemônico estão centradas na acumulação de capital e na exploração das pessoas e da natureza. Esse processo ignora as necessidades e os direitos de populações tradicionais, que têm seus modos de vida profundamente afetados pela lógica capitalista. A exploração da terra, a degradação ambiental e a violação de direitos são traços marcantes desse processo, revelando a urgência de se pensar e criar alternativas.

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Os grupos sociais marginalizados, como povos originários, quilombolas, pescadores artesanais e os trabalhadores são aqueles que mais sofrem com o avanço do capital no território. Ao dar voz a estas populações é possível revelar novas formas de organização social. Esses discursos, frequentemente silenciados pelos mecanismos de poder hegemônico, são fundamentais para questionar as narrativas dominantes que justificam a exploração e a desigualdade. Ao valorizar essas vozes, é possível construir alternativas ao desenvolvimento que sejam pautados por maior autonomia e autodeterminação social, à medida que negam a realidade e criam novas formas de relação social.

De diversas maneiras e em diferentes lugares, populações marginalizadas têm se organizado para enfrentar as opressões sistêmicas impostas pelos modos de desenvolvimento hegemônico. Através da autogestão, organização comunitária, cooperação, respeito às pessoas e a natureza, esses grupos desafiam diretamente as estruturas de poder. Essas práticas não são apenas reativas, mas também criam novas possibilidades para a organização social e política. E é justamente por isso que se configuram como movimentos de esperança.

As populações mais afetadas pelas experiências hegemônicas de desenvolvimento podem desempenhar um papel importante na criação de alternativas viáveis para uma organização social mais justa. Suas formas de resistência e seus discursos oferecem subsídios fundamentais para pensar, de forma coletiva, modos de vida que levem em consideração as pessoas e a natureza. Recomenda-se que, em pesquisas futuras, se aprofunde a análise de casos específicos dessas resistências, consolidando a ideia de que não se tratam de utopias, mas sim, de um outro mundo que já é possível.

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Referências

BÖHM, Steffen; DINERSTEIN, Ana C.; SPICER, André. (Im)possibilities of Autonomy: Social Movements In and Beyond Capital, the State and Development. *Social Movement Studies*, v. 9, n. 1, p. 17-32, 2010. Disponível em: <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/15568/>. Acesso em 23 ago 2024.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. ALMEIRA, Alfredo Wagner Berno de. et al. In: *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.39-69.

DINERSTEIN, Ana Cecília. *The Politics of Autonomy in Latin America: the art of organizing hope in the twenty-first century*. 1.ed. Palgrave Macmillan, 2015.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2. Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 8ª Ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

LASTA, Tatiane Thais. *Desenvolvimento regional no Brasil: formação do território, resistência dos subalternizados e autodeterminação social*. 2023. 169 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2023. Disponível em: http://bu.furb.br/docs/TE/2023/370284_1_1.pdf. Acesso em: 6 set. 2024.

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. *Revista franco – brasileira de geografia [Confins - Online]*. Vol.14, 2012.

LÖWY, Michael. *A filosofia da história de Walter Benjamin*. Estudos avançados. Nº 16 (45), 2002

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005. Tradução de: Walter Benjamin: avertissement d’incendie: une lecture des thèses “Sur le concept d’histoire”.

LÖWY, Michael. *A filosofia da história de Walter Benjamin*. Lutas sociais. São Paulo, nº 25/26, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011. P. 20 – 28.

MAPA DE CONFLITOS. Mapa de conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em 20 de ago. 2024.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 1v. Tomo 2 (Os economistas). Tradução de: *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie*.

STRELOW, Daniel Rodrigo. *O desenvolvimento de Santa Catarina a contrapelo: uma investigação das implicações sociais e ambientais do processo de expansão geográfica do capital no período recente*. 2016. 151 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/DS/2016/361517_1_1.pdf>. Acesso em: 6 set. 2024.

THEIS, Ivo Marcos. *Hic et nunc: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de Desenvolvimento Regional? Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v.24, e202224pt, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202224pt>. Acesso em 10 de nov. 2022.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado. In: GALVÃO, Andreia et al. (org.) *Capitalismo: crises e resistências*. São Paulo: Outras Expressões, p. 83-110, 2012.